

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: Princesa Isabel			
CURSO: Licenciatura em Ciências Biológicas			
DISCIPLINA: Gestão de Unidades de Conservação		CODIGO DA DISCIPLINA:	
PRE-REQUISITO: Biologia da Conservação			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [] Optativa [X] Eletiva []		SEMESTRE:	
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 20h	PRÁTICA: 13h	EaD:	EXTENSÃO:
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 33h			
DOCENTE RESPONSÁVEL: Victor Nathan Lima da Rocha			
EMENTA			
<p>Evolução das áreas protegidas no mundo e no Brasil. O Código Florestal Brasileiro – Lei Federal n.º 12.651/2012. Áreas protegidas no Brasil – conceitos e tipologias. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – Lei Federal n.º 9.985/2000. Criação e caracterização das Unidades de Conservação; Potencialidades das UC's; Implicações legais. Instrumento de Gestão: Plano de Manejo; Zoneamento ambiental aplicado às UC's. Biodiversidade nas UC's; Administração das UC's – Estudo de Casos.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Geral</p> <p>Compreender a base legal para o manejo de Unidades de Conservação (UC), do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei do SNUC) e de Áreas Protegidas no sentido lato (Código Florestal Brasileiro). Estudantes devem se familiarizar com as diferentes categorias dos grupos de Proteção Integral e de Uso Sustentável, evidenciando seus benefícios, restrições e as suas potencialidades.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a legislação referente as Áreas Protegidas e as Unidades de Conservação; • Entender o contexto de criação de Unidades de Conservação no Brasil e no mundo; • Conhecer os instrumentos de gestão de áreas protegidas; • Compreender como um licenciado em ciências biológicas pode atuar na gestão de Unidades de Conservação; • Entender como a economia se relaciona com a gestão ambiental; • Compreender os instrumentos econômicos utilizados para a gestão ambiental. 			
CONTEUDO PROGRAMÁTICO			

<p>Unidade 1: Conceitos relativos a conservação da natureza</p> <p>Unidade 2: Evolução das áreas protegidas no mundo</p> <p>Unidade 3: Evolução das áreas protegidas no Brasil</p> <p>Unidade 4: Aspectos Legais e Institucionais: Código Florestal Brasileiro</p> <p>Unidade 5: Aspectos Legais e Institucionais: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)</p> <p>Unidade 6: Categorias de Unidades de Conservação de Proteção Integral (UC-PI)</p> <p>Unidade 7: Categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UC-US)</p> <p>Unidade 8: Instrumentos de Gestão aplicados a Unidades de Conservação: Plano de Manejo; Zoneamento Ambiental, Pagamentos por Serviços Ambientais.</p> <p>Unidade 9: Criação e Administração de Unidades de Conservação</p> <p>Unidade 10: Estudos de casos das Unidades de Conservação na Paraíba e região</p>

METODOLOGIA DE ENSINO

A apresentação do conteúdo dar-se-á mediante aulas expositivas e dialógicas, apoiadas em recursos audiovisuais e computacionais, bem como leitura e discussão de textos. Aplicação de trabalho em grupo (apresentações de seminários), análises de artigos científicos e realização de aulas de campo (visitas técnicas).

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro
- Projetor
- Vídeos/DVDs
- Bases de dados bibliográficos e Periódicos Capes/Links
- Atividade em Campo e Laboratórios
- Equipamento de som
- Softwares: Laboratório de informática
- Outros: Seminários e artigos científicos

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Serão 2 (duas) avaliações parciais:

A1: apresentação em seminário e debate em grupo; e

A2: elaboração de relatório de atividade em campo (visita técnica) ou Prova objetivo-discursiva.

O aluno que não atingir o desempenho médio esperado de 70% fará Avaliação Final.

ATIVIDADE DE EXTENSAO

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

AB' SÁBER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.985 de 19 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 de julho de 2000.

BRASIL. Lei Federal n.º 12.651 de 25 de março de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 de maio de 2012.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, F. S.; RODAL, M. J. N.; BARBOSA, M. R. V. **Análise das Variações da Biodiversidade do Bioma Caatinga (Suporte a Estratégias Regionais de Conservação)**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Serie BIODIVERSIDADE N. 12, 2005. 445p.

BECHARA, Erika. **Licenciamento e compensação ambiental na Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC)** / Erika Bechara. São Paulo: Atlas, 2009. 295 p.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina, Gráfica Editora Midiograf, 2001.

SANTOS, EM dos et al. **Parque Estadual Mata da Pimenteira: riqueza natural e conservação da caatinga**. Recife: EDUFRPE, 2013.

TONHASCA JUNIOR, Athayde. **Ecologia e história natural da mata atlântica** / Athayde Tonhasca Junior. Rio de Janeiro : Interciência, 2005.197 p.

OBSERVAÇÕES